

FR.2021.0031

Nº IBAMA: 02001.004155/2016-14 (CTOS)

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2021

À Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial

A/C: Jadir de Assis – Coordenador Suplente

Gabinete SEDESE

Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves - Rodovia Papa João Paulo II,
4.143 - Prédio Minas, 14º andar, Bairro Serra Verde - Belo Horizonte/MG - CEP:
31630-900

Ref.: Resposta ao encaminhamento E49-2 sobre status das políticas indenizatórias.

FUNDAÇÃO RENOVA, vem, respeitosamente, por meio de seu representante que abaixo assina, expor o quanto segue.

Durante a 49ª reunião ordinária, esta C. Câmara, por meio do encaminhamento E49-2 solicitou à Fundação Renova a atualização do encaminhamento E47.11 - *inclusão das seguintes políticas indenizatórias que não foram colocadas na tabela de andamento e que a CTOS tem dedicado atenção por encaminhamentos anteriores: 1. Carroceiros, 2. Areeiros, 3. Ilheiros, 4. Comerciantes, 5. Artesãos, 6. Pescadores de Subsistência, 7. Lavadeiras, 8. Produtores rurais com piquetes*

Em cumprimento à solicitação, a Fundação Renova apresenta o status de suas políticas indenizatórias vigentes:

- Carroceiros, areeiros, artesãos e lavadeiras: categorias sem poder comprobatório dos danos alegados, portanto, não passíveis de indenização no âmbito do PIM;
- Comerciantes: política vigente na Foz em decorrência da redução do fluxo turístico, e nos estabelecimentos comerciais diretamente atingidos pela lama no município de Barra Longa. Indenização conforme laudo para comprovação e valoração dos danos;
- Pescadores de Subsistência: política cancelada pela Fundação Renova;
- Ilheiros: atendimento contemplado na política de agropecuária, mediante apresentação do laudo e da matriz comprobatória específica para a categoria;
- Produtores rurais com piquete (pasto rotacionado): política elaborada e disponibilizada para o PIM.

É imperioso lembrar que através de decisões proferidas pelo juízo da 12ª Federal no incidente processual nº 1000415-46.2020.4.01.3800, no âmbito do eixo prioritário 7, foi instituído um novo sistema indenizatório, com matriz de danos própria e valores estipulados pelo próprio juízo, flexibilizando a comprovação dos danos.

Dentre as categorias abarcadas pelo Novel Sistema Indenizatório, estão as categorias elencadas acima.

Tal sistema funciona totalmente por meio de plataforma online, onde o atingido, representado por advogado, pode fazer o *upload* dos documentos

necessários à comprovação de seu dano (de acordo com uma matriz de documentos definida pelo Juízo) e receber sua indenização de forma mais simples e célere.

Atualmente, 13 localidades têm acesso ao novo fluxo de pagamento. Cinco cidades: Baixo Guandu, São Mateus, Aracruz, Conceição da Barra, Linhares, Colatina (sede e o distrito de Itapina), no Espírito Santo, e Naque e Itueta, em Minas Gerais e os distritos Revés do Belém (Bom Jesus do Galho), Cachoeira Escura (Belo Oriente), Ipaba do Paraíso (Santana do Paraíso), Baguari (Governador Valadares) e Pedra Corrida (Periquito), todos em Minas Gerais. A plataforma está disponível desde 01 de agosto e vários atingidos já foram indenizados. Ao todo, o sistema já ultrapassou o total de 3 mil pagamentos, que somam R\$ 290 milhões.

Sendo o que cumpria para o momento, a Fundação Renova, renovando os protestos de estima e consideração, subscreve a presente.

Atenciosamente,

DocuSigned by:
Mariana Azevedo Da Silva
F61FC9D4497D415...

FUNDAÇÃO RENOVA
MARIANA AZEVEDO DA SILVA
GERÊNCIA DE POLÍTICAS E MONITORAMENTO DA REPARAÇÃO